

Semana crítica no Congresso

MÁRCIO MOREIRA ALVES

A retirada em ordem é uma manobra que permite aos derrotados preservar uma parte das suas forças para futuros combates. A debandada é a ruína total dos perdedores, que nada mais podem esperar senão uma permissão para enterrar os mortos e recolher os feridos. Quinta-feira à tarde, quando fotógrafos e equipes de televisão se divertiam no Aeroporto de Brasília flagrando con-

gressistas de volta a seus Estados, ocorreu a debandada dos que se empenharam, ao longo de cinco meses, em avançar na revisão da Constituição.

O último quadrado de resistência revisionista, o assediado Nelson Jobim, Gustavo Krause, Alberto Goldman, deputados, e o senador Garibaldi Alves reuniram-se, meio melancólicos, para discutir a feitura de uma pauta de votações que atraísse os parlamentares ao Congresso. Jobim, que dedicou à revisão um

ano de trabalho e tem visto as suas propostas serem rejeitadas uma a uma, recusa-se à rendição. É o general Cambronne, cercado na batalha de Waterloo: a Guarda morre, mas não se rende.

Gustavo Krause ainda acalenta uma vaga esperança. Considera que falta ao Congresso um eixo, em torno do qual a maioria possa se congrega e determinar o rumo das votações. "Na ausência de líderes

acatados pelas suas bancadas e na falta de tempo para discutir coletivamente as propostas a serem votadas, só um candidato à Presidência da República viável pode ocupar o vazio", analisa o deputado pernambucano. "Esse candidato é o Fernando Henrique. Deixando o gover-

no antes do dia 2 de abril, ele volta ao Senado e passa a comandar a revisão. Como a maioria prefere apostar nele a apostar no Lula, é possível que apareça para votar".

A opinião de Krause é quase solitária. Os líderes favoráveis à revisão começam a jogar a toalha no ringue. Artur da Távola (PSDB-RJ), fez a sua estréia na liderança propondo que se votasse apenas a reforma tributária e se deixasse o resto para março do ano que vem. Luís Eduardo Magalhães, do PFL, macaco velho de tenra idade, não arrisca um prognóstico e insiste na votação dos dispositivos da Ordem Econômica. Falta-lhe convicção na viabilidade da proposta.

Quinta-feira, noite da debandada, a mineirada se reuniu em casa do deputado Israel Pinheiro Filho para cortejar o governador Hélio Garcia, a mais cobiçada noiva para uma chapa presidencial. José Bonifácio de Andrada, o Andradinha, deputado desde a Independência, procurava dar uma roupagem jurídica ao adiamento da revisão. "A revisão é um todo", sofismava, "e só termina quando todas as emendas apresentadas tiverem sido apreciadas. Como não haverá tempo para apreciá-las até 31 de maio, nada impede que continuem a ser votadas no ano que vem, pela próxima legislatura." Nelson Jobim explicou que a data é improrrogável, em virtude de um acordo com o Supremo. "Caso contrário, poderíamos ir alterando a Constituição por maioria simples, por tempo indefinido." Tarcísio Delgado, líder do PMDB e pouco devoto da revisão agora, limitou-se a constatar o impasse. Esta semana não se conseguiu votar nem as matérias consensuais. No futuro, vai ser pior.

O voto secreto é o voto da traição. Aumentar os próprios salários, arrebatando com as tentativas de se estabelecer a isonomia de vencimentos entre os servidores públicos, e derrubar a medida provisória que tentava acabar com os marajás, é traição ao voto popular. Alguns parlamentares tiveram ao menos a coragem de revelar o voto. Foi o que fez Roberto Cardoso Alves, (PTB-SP), que é um escoteiro às avessas: não há causa escusa que não abrace. Quase troca tapas com José Genoíno no café do plenário.

Semana crítica para a democracia. Napoleão, que entendia do assunto, disse ao seu Conselho de Estado: "Onde o governo é fraco, o exército governa."

Os líderes favoráveis à revisão começam a jogar a toalha no ringue